



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA EM GUANAMBI – BA: QUESTÕES TEÓRICAS, DILEMAS PRÁTICOS

TEACHER TRAINING IN THE DISTANCE IN GUANAMBI - BA:
THEORETICAL ISSUES, DILEMMAS PRACTICAL

Welton Dias Castro (Universidade do Estado da Bahia – welton.castro@gmail.com)

José Aparecido Alves Pereira (Universidade do Estado da Bahia – pereiragbi@yahoo.com.br)

Resumo:

O presente estudo é o resultado de uma discussão realizada no Grupo de Estudos em Políticas Educacionais (GEPE) do Conselho Municipal de Educação de Guanambi, que teve como objetivo apresentar uma análise do panorama da formação docente na modalidade a distância no município de Guanambi – BA e região, nos últimos 15 anos. Tratou-se de um trabalho de cunho teórico e empírico dentro de uma abordagem qualitativa. A metodologia utilizada foi uma discussão teórica sobre as origens e contexto da Educação a Distância (EaD), e um estudo empírico a partir de observações e acompanhamento da formação em nível de graduação dos professores nas instituições dessa modalidade no município de Guanambi e região. Por meio da análise de conteúdo, o estudo evidenciou que o uso das tecnologias da informação e comunicação propiciou mudanças significativas na sociedade, mas a educação foi setor primordial na introdução dessa nova cultura para adequar a formação de professores às reformas educacionais e políticas da economia de mercado em voga no Brasil a partir da segunda metade dos anos de 1990. Neste cenário, a EaD, contribuiu para a formação de professores em nível superior pelos rincões do país, principalmente nas regiões norte e nordeste, no entanto, essa formação aligeirada na região de Guanambi deixou lacunas pedagógicas, e teve pouco apoio do poder público municipal para custeio, acesso e permanência nos encontros presenciais.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tecnologia. Formação de professores.

Abstract:

This study is the result of a discussion held at the Group of Educational Policy Studies (GEPS) of the Municipal Council of Guanambi Education, which aimed to present an overview of the analysis of teacher education in distance mode in the city of Guanambi - BA and the region in the last 15 years. This was a theoretical and empirical nature of work within a qualitative approach. The methodology used was a theoretical discussion of the origins and context of Distance Education (DE), and an empirical study based on observations and monitoring of training teachers of undergraduate level in the institutions of this type in the city of Guanambi and region. Through content analysis, the study showed that the use of information and communication technologies led to significant changes in society, but education was primary sector in the introduction of this new culture to adapt teacher training to educational and political reforms of the economy market in vogue in Brazil from the second half of the 1990. in this scenario, the DE has contributed to the training of teachers in higher education by the corners of the





country, mainly in the north and northeast regions, however, this superficial training in the region of Guanambi left educational gaps, and had little support from the municipal government for funding, access and permanence in the face meetings.

Keywords: Distance Education. Technology. Teacher training.

1 Introdução.

Os avanços das tecnologias da informação e comunicação trouxeram mudanças nos vários setores da sociedade. Na América Latina, com foco no Brasil, essas mudanças paradigmáticas foram perceptíveis a partir do processo de globalização da economia mundial e do modelo neoliberal no final do século XX. Diante desse cenário de mudanças, a educação foi setor primordial na introdução dessa “nova cultura” mundial para adequar às reformas políticas da economia de mercado. A educação ganhou importância, como nunca dantes, com a aprovação da LDB 9394/96 e criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). A legislação e financiamento serviram de base para outras políticas educacionais que se seguiram no cenário de rápido desenvolvimento tecnológico, em um país com baixa escolaridade e desafios em termos de garantia de acesso e permanência com qualidade na escola. Nesse panorama político, tecnológico e econômico, a qualidade da educação, também perpassa pela formação docente, inicial e continuada. Daí, a formação docente na segunda metade dos anos de 1990 recebeu atenção e incentivos, para ser realizada, principalmente nas instituições privadas por meio da Educação a Distância (EaD). Assim, nas dimensões territoriais do país a modalidade de educação a distância ganhou importância diante da necessidade de formação para atender as demandas profissionais do mercado. Demandas, em especial, na formação docente dos inúmeros professores sem nível superior pelos rincões do país, principalmente nas regiões interioranas do norte e nordeste.

Na região de Guanambi, no sertão da Bahia, a inserção dos cursos superiores de formação na modalidade a distância iniciou-se, na segunda metade dos anos de 1990, e gradativamente se ampliou por meio de polos em vários municípios da região, tais como Caetité, Palmas de Monte Alto, Iuiu, Malhada, Carinhanha. Essa ampliação das licenciaturas a distância e do curso Normal Superior fortaleceu-se, em virtude das exigências do governo federal em capacitar todos os professores do país em nível superior até o final do ano de 2006. Isso fez com que muitos professores procurassem sua formação com seus próprios recursos, com isenção do poder público do direito de garantir essa formação.

A EaD nos anos de 1990 desenvolveu como uma nova tendência política e pedagógica com o foco na função social e na construção de um novo paradigma¹ de educação, com a interação professor e aluno a distância. Dentro deste contexto, este estudo é o resultado de uma discussão realizada no Grupo de Estudos em Políticas Educacionais (GEPE) do Conselho Municipal de Educação de Guanambi, quando apresentamos os resultados de uma análise sobre a formação de professores na modalidade a distância no município de Guanambi e região. Assim, o objetivo deste estudo foi analisar o panorama da formação docente na modalidade a distância no município de Guanambi – Bahia e região, nos últimos 15 anos.

¹ Cf. Kuhn (1991 p.18) define paradigma como "realizações científicas, universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares aos praticantes de uma ciência".





Tratou-se de um trabalho descritivo de cunho teórico e empírico dentro de uma abordagem qualitativa. A metodologia utilizada foi uma discussão teórica sobre as origens e contexto histórico e político da Educação a Distância, e um estudo empírico a partir de observações e acompanhamento da formação em nível de graduação de professores nas instituições dessa modalidade no município de Guanambi e região. A organização e tratamento dos dados foram feitos por meio da análise de conteúdo.

Nas seções deste artigo faz-se uma discussão sobre o contexto histórico da Educação a Distância para situar o leitor em torno do surgimento e evolução da modalidade no Brasil e no mundo, procura-se posicionar a EaD dentro da legislação brasileira e, ainda, desenvolve-se um diálogo em torno do processo formativo de professores da microrregião de Guanambi, em várias instituições de EaD presentes naquele contexto.

2 Contexto histórico e desenvolvimento da Educação a Distância.

O rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação a partir do final do século XX trouxe mudanças na sociedade, em especial no “mundo do trabalho”. A formação e capacitação profissional era um dos “estopins” para atrair as empresas multinacionais e transnacionais dentro do novo modelo de globalização da economia. Assim, as exigências em torno da qualidade da educação do país levou a uma *pseudo* reforma no direcionamento das políticas educacionais a partir da aprovação da LDB 9394/96, Parâmetros Curriculares Nacionais, Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), e outras, na tentativa de redirecionar a educação às necessidades de mão de obra do mercado.

No cenário de reformas educacionais dos anos de 1990, a EaD recebeu atenção especial enquanto elemento de formação, flexível e passível de adequação ao tempo e espaço do estudante. Assim, a EaD teve o Artigo 80 da LDB 9394/96, dedicado a essa modalidade. Embora a EaD tenha recebido atenção especial no final do século XX, sua história e práticas não são recentes e data de mais de 200 anos nos continentes Europeu e Americano. Essa modalidade de ensino procura oferecer ao público caminhos alternativos para construção do conhecimento por meio de várias mídias, com foco no texto, som e imagem. Os meios de acesso ao conhecimento perpassam pelo correio, rádio, televisão e internet, meios de comunicação assíncrona ou síncrona, que possibilitam o alcance do material didático ao aluno a extensas distâncias.

Na compreensão de Maia (2007, p. 6), “a EaD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições que utilizam diversas tecnologias de comunicação”. Esta separação, no tempo e espaço, é compensada pelo uso de artifícios tecnológicos de comunicação, disponíveis principalmente no computador, mas que teve em outros contextos a forte presença do correio, rádio e televisão.

A primeira notícia que se registrou da introdução do método de ensinar a distância foi o anúncio das aulas por correspondência ministradas por Caleb Philips (20 de março de 1728, na Gazette de Boston, EUA), que enviava suas lições todas as semanas para os alunos inscritos. No século XIX houve várias iniciativas nos EUA e continente europeu, de inserção da Educação a Distância como metodologia alternativa. Aqui vale o registro sem delongar na discussão de importantes momentos de desenvolvimento da EaD: em 1840, na Grã-





Bretanha, Isaac Pitman ofereceu um curso de taquigrafia por correspondência; 1856 em Berlim, Charles Toussaint e Gustav Langenscheidt criou a primeira escola de línguas por correspondência; 1873 em Boston, Anna Eliot Ticknor fundou a society to Encourage Study at Home (sociedade para encorajar estudos em casa); 1880, o Skerry's College ofertou cursos de preparação para concursos públicos; 1884, o Foulkes Lynch Correspondence Tuition Service ministrou cursos na área de contabilidade; 1891, Thomas J. Foster (Pennsylvânia) Internacional Correspondence Institute ofereceu curso sobre medidas de segurança no trabalho em mineração; 1891, Universidade de Wisconsin ofereceu cursos por correspondência nos serviços de extensão universitária; 1892, Universidade de Chicago (EUA) criou a Divisão de Ensino por Correspondência; 1894/1895, em Oxford, Joseph W. Knipe por correspondência preparou estudantes para o Certificated Teacher's Examination; 1898, Malmoe (Suécia) Hans Hermod publicou o primeiro curso por correspondência iniciando o Instituto Hermod. Já no século XX, em 1905 a Calvert School ofereceu instrução elementar para crianças em Baltimore, e as universidades de Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha, Universidade de Chicago e de Wisconsin, nos EUA ofereceram cursos de extensão a distância. Em 1910, a Universidade de Queensland, na Austrália, iniciou seus programas de ensino por correspondência. Na Alemanha em 1924, Fritz Reinhardt criou a Escola Alemã por Correspondência de Negócios, e em 1928, a BBC promoveu cursos para a educação de adultos por meio do rádio. (LITTO; FORMIGA, 2012; LITWIN, 2001; SARAIVA, 1996).

Essas primeiras experiências de EaD pelo mundo serviram para fortalecer a modalidade e indicar caminhos a seguir no alargamento de uma educação que pudesse garantir o maior acesso à população. Assim, muitas outras instituições e cursos públicos e privados, foram criados em vários países. Nota-se que a EaD não é algo recente e tem suas bases nas necessidades educacionais de alfabetização e incorporação cada vez mais rápida do indivíduo no campo de trabalho a fim de atingir as populações isoladas das cidades que não tem facilidade, de acesso e permanência, em cursos presenciais (LITWIN, 2001).

No Brasil, os primeiros registros de EaD datam do início do século XX onde jornais de circulação no Rio de Janeiro anunciavam cursos profissionalizantes por correspondência, oferecido pela filial de uma organização Norte Americana em 1904. Os materiais didáticos eram enviados pelos correios, e transportados por meio de ferrovias. Até os anos de 1920 o Brasil teve apenas uma modalidade, os correios, assim como em outros países. Entre 1922 e 1923, Roquete Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com o plano de usar a radiodifusão para ampliar o acesso à educação. “A principal função da emissora era possibilitar a educação popular, por meio de um então moderno sistema de difusão em curso no Brasil e no mundo”, mas em 1936 em meio a pressões e exigências do sistema a emissora foi doada ao Ministério da Educação e Saúde (ALVES, 2012, p.9).

Assim, o rádio passou a ser o segundo meio de transmissão de cursos a distância, e, em 1939 a Marinha criou uma proposta de ensino por correspondência, seguida na década de 1940 pela criação do Instituto Universal Brasileiro, que também passou a oferecer cursos via correio, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a escola Rádio-Postal criada pela igreja adventista com o programa a voz da profecia, com o objetivo de oferecer cursos bíblicos aos seus ouvintes. No final dos anos de 1950, no Rio Grande do Sul a fundação Padre Landell de Moura ofereceu





cursos a distância via rádio Em 1959 a diocese de Natal, no Rio Grande do Norte criou as escolas radiofônicas e deu início ao movimento de educação de base (ALVES, 2012).

Na década de 1960 o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), de abrangência nacional, vinculado ao governo federal ofereceu contribuições à formação de jovens e adultos. Com a disseminação da televisão a partir dos anos de 1960 e 1970, inaugurou-se a segunda geração da educação distância (ALVES, 2011). Nesse período foram criados muitos cursos a distância, importantes no cenário educacional, mesmo com uma abrangência pequena em relação à dimensão territorial e populacional do país. O Projeto Minerva da Rádio MEC e o projeto SACI no Rio Grande do Norte, em caráter experimental oferecido pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE), e o sistema nacional de teleducação criado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) com mais de 40 cursos foram importantes propostas de EaD nas décadas de 1960 e 1970. Esse período marcou ainda a criação de várias emissoras de TV educativa e universitária pelo país, utilizadas na veiculação de cursos e programas de Educação a Distância, e a inserção dessa modalidade nas TV comercial.

Entre os anos 1970 e 1980, instituições privadas e organizações não governamentais começaram a oferecer cursos supletivos a distância, no molde de teleducação, com aulas via satélite, incluindo material didático impresso na segunda geração da EaD no país (ALVES, 2011). A integração do ensino de EaD por meio de redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia iniciou-se no Brasil a partir da década de 1990. Nesse período a tendência foi a integração de distintos meios: correio, rádio, televisão, computador, satélite, material impresso e mídia eletrônica (FARIA, 2013).

Embora o Brasil tenha experimentado suas primeiras ações de EaD no início do século XX e outras muitas experiências ao longo desse século, no âmbito governamental, o país só passou a dar atenção a esta modalidade em 1992 com a criação da Coordenadoria Nacional de Educação a Distância, e em 1995 com a criação da Secretaria de Educação a Distância. Em 1996 com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9394/96 a EaD obteve *status* de modalidade de modo pleno unificada ao sistema de ensino no Brasil, passando a ser utilizada em todos os coeficientes de educação (FARIA, 2013).

O tratamento dado a EaD no Artigo 80 da LDB deu possibilidades para o crescimento da modalidade no Brasil enquanto política pública governamental. Os progressos do ensino a distância no século XXI foram significativos no Brasil. Atualmente o Ministério da Educação (MEC) incentiva o desenvolvimento dessa modalidade, principalmente a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) em 2003 (LITTO; FORMIGA, 2012). A UAB tem mais de 60 instituições públicas credenciadas e por meio de projetos de cursos de formação continuada, de graduação e pós-graduação *lato sensu*, disponibiliza os recursos necessário para sua implementação.

A história da EaD é muito mais complexa. Procurou-se, trazer alguns pontos de partida para compreensão do surgimento dessa modalidade no mundo e no Brasil. Seu trajeto no cenário educacional brasileiro deu-se por meio de iniciativas individuais, movimentos populares, instituições públicas e privadas, pois o país veio tratar a EaD como política pública tardiamente, em relação a outros países da América, Europa e Ásia. Isso ajuda a compreender o preconceito que muitos ainda resguardam em relação à modalidade a distância. Desde que pensada, a EaD procura atingir um público específico que reside longe





dos grandes centros, público dos presídios, deficientes físicos, trabalhadores e outros, que não dispõe de tempo e espaço para acesso a um curso presencial, seja de formação técnica ou acadêmica, inicial e/ou continuada nas mais diversas áreas do conhecimento.

A expansão da EaD é uma forma de democratizar o acesso da população ao sistema educacional, principalmente nas pequenas cidades do interior do Brasil, distantes das instituições de Ensino Superior presenciais e que não consegue atender a demanda. Mas a EaD não se limita ao interior do país, nos grandes centros é uma realidade em termos de cursos de graduação e de formação continuada para professores, médicos, engenheiros, jornalistas, e outras áreas do conhecimento. E merece também um registro as universidades corporativas de várias empresas públicas e privadas que utiliza da EaD para oferecer cursos de formação continuada para seus profissionais, a exemplo do Banco Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Petrobrás, Vale do Rio Doce, dentre outras. Nesse contexto, a educação ainda é a área que mais utiliza a EaD para oferecer cursos de graduação, pós-graduação *lato sensu* e formação continuada.

2.1 Formação de professores por meio da modalidade a distância nos últimos 20 anos em Guanambi.

A Educação a Distância trata-se de uma modalidade em expansão no Brasil, e seus marcos legais é a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, onde dedicou o Artigo 80 a modalidade a distância e o Decreto 5622/2005. Este Decreto regulamenta e caracteriza a EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005). Com isso, procurou-se ampliar o acesso e democratizar a educação a um maior número de pessoas no país, na tentativa de garantir formação básica, superior e continuada à população para adequar aos ditames da economia de mercado. A filosofia que embasa as propostas de EaD é que o aprendizado não precisa acontecer no âmbito de uma instituição de ensino presencial, pois na atual sociedade da comunicação e da informação, nem sempre a sala de aula habitual é percebida como o ambiente mais favorável para educação (MAIA, 2007).

As mudanças nos paradigmas empresariais trouxeram consigo exigências de alterações nos modos de produção e capacitação técnica da população diante da baixa escolaridade do povo brasileiro. A EaD surge como um importante instrumento de formação e capacitação dos trabalhadores, principalmente os trabalhadores em educação, visto que, a educação no contexto dos anos de 1990 era apontada por organismos financeiros internacionais como o gargalo pelo atraso desenvolvimentista do país. Assim, houve abertura para ampliação dos cursos de formação inicial, continuada e em serviço para atender as demandas do Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 1993, que previa a formação em nível superior até o fim da década (2003) para todos os profissionais nela inseridos. Via-se, assim, com essa medida o caráter de atribuir aos professores os dividendos de sua própria formação sob pena de perderem seus postos de trabalho, e também no calor das tensões do desenvolvimento tecnológico na escola, uma possível substituição de suas funções pelas “máquinas inteligentes”.





À medida que as exigências em torno da formação profissional docente passaram a afunilar-se, e a abertura da internet com a valorização das mídias digitais, criou-se inúmeros cursos privados por meio de várias instituições pelo país. Em Guanambi e região tivemos nos anos de 1990 a instalação de polos de EaD da Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC), Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Universidade do Tocantins (UNITINS), e outras já no início do século XXI. Procuraram atender as demandas de formação indicadas pela legislação, conforme a LDB 9394/96, em nível de Licenciatura ou Curso Normal Superior, que habilitava o professor a atuar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

O professor imerso na nova era do conhecimento enfrentou grandes desafios no cenário nacional, em um mundo globalizado e de tantas complexidades, com profundas transformações em todos os campos. Nos últimos anos, a Educação a Distância passou a se apresentar como uma das inovações acessíveis para formação inicial e continuada de profissionais docentes e de outras áreas do conhecimento. A formação docente, dentro da metodologia de Ensino a Distância, possibilita o alcance da atuação profissional sem perder a essência do saber docente e a significância contida na aprendizagem, desde que não verse somente em ministrar conteúdos pedagógicos para professores. É imprescindível, que em paralelo busque incrementar capacidades e competências que deem possibilidades ao profissional docente no desenvolvimento de uma identificação profissional consistente, por meio de simulações e métodos do conhecimento docente (PORTO; NEVES; MACHADO, 2012).

As críticas em torno da formação docente por meio da EaD, a partir da segunda metade dos anos de 1990 foram fortes e atingiam os profissionais, que se viam expostos diante das exigências da legislação e do mercado. Os cursos de licenciatura em Pedagogia Letras, Matemática, Biologia, História e Geografia oferecidos atraíram profissionais de vários municípios da região de Guanambi, como Matina, Candiba, Pindai, Palmas de Monte Alto, Caetité, Igaporã e outros. Estima-se que em torno de 900 professores foram formados na modalidade a distância nos últimos 20 anos na região. Por se tratar de formação em serviço, os profissionais não afastavam de suas atividades docentes para estudar. Além disso, as mensalidades do curso eram custeadas pelos próprios professores, e em algumas poucas exceções os municípios custeavam metade da parcela.

A formação dava-se de forma aligeirada, pois a maioria terminou a graduação em três anos em atendimento a legislação em vigor que facultava a esses cursos a formação em menor tempo. Embora os professores estivessem na prática escolar no período da formação, não havia um processo de acompanhamento de suas práticas. As teorias vistas nos cursos nem sempre eram transportadas para suas práticas pedagógicas. Isso criava uma lacuna entre teoria e prática em virtude de anos no exercício do magistério com forte tendência para manutenção de práticas do senso comum pedagógico.

Não defende-se aqui a modalidade presencial em detrimento da modalidade a distância em virtude dos problemas citados, apenas reconhece-se a prática mercantilista dos primeiros cursos de Educação a Distância na região de Guanambi. Não havia uma regulação por parte do Ministério da Educação na aprovação e acompanhamento desses cursos pelo país. Em virtude das críticas à baixa formação dos professores em exercício e *déficit* de profissionais em nível superior, o MEC não tinha critérios rígidos para aprovação, acompanhamento e reconhecimento dos cursos de licenciatura a distância. Os polos





instalados em várias cidades da região não ofereciam a estrutura necessária e tutores com formação e competência para esclarecer as dúvidas e acompanhar o processo formativo.

Nos últimos 10 anos a partir da criação da Universidade Aberta do Brasil, o MEC aprovou critérios mais rígidos para aprovação de cursos, abertura de polos e acompanhamento das atividades dos cursos de licenciatura e bacharelado. Por outro lado, a UAB passou a financiar proposta de cursos superiores a distância em mais de 60 instituições de Ensino Superior no Brasil. Na região de Guanambi a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) lidera com a presença de quatro polos: Carinhanha, Jacaraci, Ibotirama e Brumado. Estes polos oferecem cursos de licenciatura em Pedagogia, Letras, Matemática, Geografia, e bacharelado em Biologia e Administração de Empresas, além de cursos de especialização *lato sensu*. A Universidade de Brasília (UNB) também tem forte presença no polo de Educação a Distância em Carinhanha.

O destaque da Educação a Distância neste trabalho voltou-se para a formação de professores, mas no Brasil a EaD não limitam-se a este campo. Os cursos de formação continuada, aperfeiçoamento, graduação e pós-graduação fazem-se presentes em todas as áreas do conhecimento, principalmente na esfera privada. Cursos para todos os interesses que tem no esforço e compromisso do aluno a tendência para a aprendizagem.

Para Preti (2000, p. 125): “Pode se dizer que o ‘calcanhar de Aquiles’ da EaD é a situação de aprendizagem individual. O estudar sem a presença regular de colegas e professores desafia o cursista a superar suas limitações e desenvolver sua capacidade de aprender autonomamente, de aprender a aprender”. Esse desafio estará presente em todos que um dia fizerem um curso na modalidade a distância, a capacidade de aprender de forma autônoma sem a presença de colegas e professores. Por isso, o número de cursos disponíveis na rede cresce gradativamente.

Para Oliveira (2003, p. 11), “nós, educadores, nos vemos moralmente obrigados, mais do que nunca, a rever nosso ofício e papel nesse processo que considera a educação uma mercadoria, submetida a lógica empresarial [...]”. A autora completa que a educação nesse processo mercadológico precisa dar lugar à construção coletiva de participação popular, leitura crítica e abordagem transdisciplinar. (OLIVEIRA, 2003). Assim, o cunho mercadológico está presente nos cursos de EaD em todo país, daí a explicação para o seu crescimento no Brasil. Na região de Guanambi, houve um terreno fértil para a EaD, isso foi evidente ao aliar a necessidade de formação em nível superior dos professores com a expansão das instituições que oferecem essa modalidade de educação.

Atualmente a os cursos de EaD não tem a procura e o público dos últimos 20 anos. Gradativamente o número de matrículas foi diminuindo em virtude das conclusões dos cursos. Outro fator que contribuiu para a diminuição da oferta e procura dos cursos de graduação na modalidade EaD foi o surgimento da Faculdade Guanambi (FG) que hoje oferta mais de 14 cursos presenciais em várias áreas, principalmente bacharelados. No campo das licenciaturas, os Campi da UNEB em Guanambi e Caetité ofertam mais de 400 vagas anuais, e por meio de seus Programas Especiais Rede UNEB/2000 e Plataforma Freire vêm ofertando em convênio com as prefeituras, governo da Bahia e Governo Federal cursos de graduação para professores em serviço. Incluem-se neste cenário, os cursos de EaD ofertados em convênio com a UAB nos polos de Carinhanha, Jacaraci, Brumado, Ibotirama, e outros pelo estado.





Na Bahia, até o ano de 2015 havia vários polos de EaD ligados aos Campi da UNEB, e funcionava por meio de convênios com a UAB. Após este período os polos passaram a ser geridos exclusivamente pela Unidade de Educação a Distância (UNEAD), localizado na região metropolitana de Salvador. A menção feita aqui a UNEB é para destacar sua atuação na região do território de identidade Sertão Produtivo. Vale mencionar que as demais instituições de Ensino Superior Estaduais (UESB, UEFS e UESC) e Federais (UFOB, UFSB, UFRB, UFBA, UNIVASF), também têm seus sistemas de EaD organizados e atinge importante parcela da população baiana.

Nos últimos anos houve uma diminuição dos cursos de graduação a distância na região, no entanto, deu-se um crescimento nos cursos de Especialização *lato sensu* nessa modalidade. Atualmente muitas instituições oferecem cursos de especialização a distância. Procura-se atingir um grupo de profissionais da educação que concluiu a graduação, mas não dispõem de recursos e/ou tempo para frequentar um curso presencialmente, uma vez que, as instituições públicas não conseguem atender a grande demanda. Assim, a oferta desses cursos a distância ou semipresenciais fica sob a responsabilidade de instituições privadas, onde não há um acompanhamento e regulação por parte dos órgãos normativos. A facilidade em obter o título de especialista é sinônimo de ganho salarial, pois o Plano de Carreira dos municípios prevê um percentual que varia de 10 a 20 por cento aos profissionais pela melhoria da sua titulação. Na maioria dos casos esses títulos não significam melhoria da prática pedagógica, pois o seu fim é meramente burocrático e financeiro.

3. Considerações finais.

Procurou-se nesta discussão apresentar uma análise do panorama da formação docente na modalidade a distância no município de Guanambi – BA e região, nos últimos 15 anos. A motivação foi por acreditar na democratização do ensino por meio da EaD e observar que houve um período “áureo” da modalidade na região. O número de instituições não era tão vasto, mas tinham um significativo leque de opções que atingia todos os campos das licenciaturas. Não se nega a importância dessa formação e qualificação dos professores da região, mas questiona-se a forma aligeirada como se dava esses cursos sem o acompanhamento necessário da instituição proponente. Não se atribui as dificuldades que passa a educação na região ao grande número de professores formados nessa modalidade, uma vez que não houve pesquisas para tal afirmação, mas pressupõe-se, que essa formação aligeirada na primeira década do século XX deixou lacunas que nem sempre serão preenchidas com a formação continuada, principalmente em cursos de especialização *lato sensu*, que aparecem como alternativa para cumprir a exigência de titulação dos Planos de Carreira do Magistério, sem representar a formação pedagógica de fato.

A política implantada pelo Ministério da Educação na década de 1990 determinou que todos os professores deveriam ter nível superior, provocou uma corrida exacerbada em busca de formação, independente da qualidade da mesma. Os professores viveram tensões em torno da necessidade de sua graduação e buscaram alternativas nos Cursos de EaD, pois não teriam como serem liberados das classes, e por outro viés, os cursos na modalidade presencial não comportavam as demandas da região. A liberação de alguns professores





dava-se, de forma parcial, mas a maioria não tinha liberação, com ou sem ônus das prefeituras. Poucas prefeituras foram sensíveis à causa dos professores ao oferecer as condições de acesso e permanência na cidade do curso.

Por fim, este estudo que teve como objetivo analisar o panorama da formação docente na modalidade a distância no município de Guanambi-BA atendeu ao seu propósito, contudo, evidenciou a necessidade de uma pesquisa mais aprofundada para estudar o processo formativo desse público por meio da Modalidade a Distância.

A EaD está posta e não pode retroceder. É um campo em desenvolvimento e atende as necessidades de muitos profissionais que não dispõe de “tempo” para uma formação presencial. Enfim, a EaD é uma possibilidade de formação a partir do uso das tecnologias da informação e comunicação em favor da justiça social, mas precisa de critérios claros para abertura de cursos e acompanhamento dos órgãos de governo e de controle da sociedade civil.

Referências.

ALVES, Lucineia. Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista científica da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Vol. 10 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf>. Acesso em: 20 de Ago. 2014.

ALVES, João Roberto Moreira. **A história da EaD no Brasil**. In: LITTO, Frederic M, FORMIGA, Paulo Person Education do Brasil, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Tecnologias na educação de professores a distância**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/4sf.pdf>>. Acesso em: 23 de Ago. 2014.

_____. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. **Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 24 maio 2016.

_____. MEC/CNE/CP. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, de 20/12/1996. Brasília, DF, 1996.

FARIA, Adriano Antônio. **O que e o quem da EaD: história e fundamentos**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

LITTO, Frederic Michael. FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. Volume 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.





LITWIN, Edith. **Educação a Distância - temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MAIA, Carmem. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Educação a Distância na Transição Paradigmática**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. pp.19-44.

PORTO, Alzira Sampaio. NEVES. Maialú Ferreira. MACHADO, Michele Jordão. **Educação a Distância na formação de professores: Ranços e avanços**. Universidade Estadual de Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2012/anais/283f.pdf>>. Acesso em 22 Ago. 2014.

PRETI, Oreste. **Autonomia do Aprendiz na Educação a Distância: significados e dimensões**. In: _____. Educação a Distância: construindo significados. Cuiabá: NEAD/IE - UFMT; Brasília: Plano, 2000.

SARAIVA, Terezinha. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr./jun. 1996.

